



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM PSICOPEDAGOGIA  
ESCOLAR – GEPPE**

**IV CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA ESCOLAR**

**“O conhecimento psicopedagógico e suas interfaces:  
compreendendo e atuando com as dificuldades de  
aprendizagem”**



**ANAIS DO EVENTO**

**ISSN: 2179-7978**

**09 A 12 DE NOVEMBRO DE 2015**

**Os conteúdos dos textos são de responsabilidade de seus autores**

# **O PROCESSO DA INCLUSÃO ESCOLAR E O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA**

**Olbia Cristina Ribeiro**

Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e

Professora da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia

E-mail: [olbinha\\_tina@yahoo.com.br](mailto:olbinha_tina@yahoo.com.br)

## **Resumo**

O artigo versa sobre o processo da inclusão escolar. Analisa a situação histórica e social da educação inclusiva como participante desse processo, facilitando o entendimento da atual situação da inclusão e as contribuições da psicopedagogia na escola regular. A educação inclusiva é um grandioso desafio para o sistema educacional, assim propõe-se, neste, um estudo sobre relação escola, e atuação do psicopedagogo diante da nova perspectiva da escola inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar. Psicopedagogo. Atendimento Especializado Educacional (AEE).

**Eixo Temático:** Atuação Psicopedagógica na Escola

## **Introdução**

O presente trabalho sugere, neste estudo, uma relação do processo da inclusão escolar, pautada na atuação do psicopedagogo neste ambiente, ao apresentar os desafios da educação inclusiva relatando as formas como o psicopedagogo atua na escola.

Na primeira parte, busca-se compreender e discutir a situação histórica e social da Educação Inclusiva, o resgate será feito por meio de revisão bibliográfica, com ênfase, sobretudo, nas documentações legais nacionais e internacionais e em autores dedicados à análise do percurso da educação inclusiva.

Na segunda parte, descreve-se a função da escola na perspectiva da educação inclusa e a implementação do Atendimento Especializado Educacional (AEE), buscando, nas leis, decretos sobre as principais condições, propósitos da educação inclusiva e do funcionamento e da legislação que ampara o AEE, afim de entender como deve ser feita a atuação do psicopedagogo no atendimento. Utiliza-se de referência como Padilha (2004) e Mantoan (1997).

Após o levantamento da situação histórica e social da educação inclusiva e a função da escola nesta óptica, apresenta-se a discussão teórico-metodológica do ensino inclusivo e o trabalho psicopedagógico, fazendo breve estudo da atuação do psicopedagogo na escola, suas intervenções, plano de ação, contribuições e dificuldades encontradas.

## **Situação Histórica e Social da Educação Inclusiva**

Um breve levantamento do contexto histórico da inclusão é bastante importante para entendermos a atual situação conflitante em que a educação inclusiva encontra-se e que instiga a muitos a procurar soluções.

Até os anos 1960, no Brasil, a educação de pessoas com deficiência esteve concentrada no âmbito escolar, em instituições especializadas, principalmente nas filantrópicas e privadas. Não de forma expressiva, existiam algumas classes especiais na rede de ensino pública (FERREIRA, 2006).

No final da década de 1980, com a redemocratização, emergiram manifestações que resultaram em pressão para o acesso à educação, o que possibilitou muitos avanços no contexto educacional. No campo da educação especial, passou a ser dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (OLIVEIRA; ADRIÃO, 2007). Na década de 1990, o Brasil passou a se referenciar pelo conceito de inclusão, surgindo as críticas aos atendimentos segregados (FERREIRA, 2006).

Nesse cenário, os principais documentos que enfatizam a educação de qualidade para todos reforçam a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para universalizar o acesso à escola nas redes públicas de ensino, além de proporcionar a gestão democrática da escola (MEC, 2007).

Nessa direção, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), problematiza os aspectos acerca da escola não acessível a todos os estudantes. O documento intitulado Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, e enfatiza que,

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17-18).

O princípio fundamental da linha de ação da Declaração de Salamanca aponta que os espaços e instituições sociais devem exercer um novo pensar, uma nova maneira de agir, que respeite as especificidades de cada ser humano, trazendo as adaptações e reformulações necessárias para que estes sujeitos sejam incluídos nos diferentes espaços.

Nesse intento, Sanchez (2005) defende que a educação inclusiva é um meio de construir escolas para todos no século XXI, e destaca os quatro pilares básicos em que se deve centrar a educação ao longo da vida de uma pessoa. Segundo a Comissão Internacional, sobre a Educação para o Século XXI:

Aprender a conhecer: consiste em adquirir os instrumentos que se requer para a compreensão do que nos cerca. Para isto, deve-se combinar o conhecimento de uma cultura suficientemente ampla, com algo mais objetivo, concreto referido a uma determinada matéria. Isto supõe aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento, aproveitando as possibilidades que a educação oferece ao longo da vida, posto que o processo de aquisição do conhecimento está sempre aberto e pode nutrir-se de novas experiências. Aprender a fazer: está diretamente ligado a aprender a conhecer e se refere à possibilidade de influir sobre o próprio meio. Este princípio pretende que o aluno tenha a possibilidade de desenvolver sua capacidade de comunicar-se e trabalhar com os mais, afrontando e solucionando os conflitos que possam ser apresentados a ele. Aprender a viver juntos: trata-se de uns dos princípios objetivos da educação contemporânea, já que supõe participar e cooperar com os demais em todas as atividades humanas. Assim, luta contra a exclusão por meio de traçados que favorecem o contato e a comunicação entre os membros de grupos diferentes, em contextos de igualdade, por meio do descobrimento gradual do outro e do desenvolvimento de projetos de trabalho em comum. Aprender a ser: implica dotar a cada pessoa de meios e pontos de referência intelectuais permanentes, que lhe permitam compreender o mundo que a cerca e a comportar-se como um elemento responsável e justo. Quer dizer, conferir, a cada ser humano, liberdade de pensamento, de juízo, de sentimentos e de imaginação (UNESCO, 1996, p. 10-11, grifo nosso).

A inclusão escolar diz respeito ao direito de todos à educação, não apenas às pessoas com alguma deficiência, mas trata-se da garantia de acesso, permanência e progressão a todos os níveis de educação, sem distinção de cor, raça, credo, sexo etc. Este direito encontra-se assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96), bem como na Constituição Nacional de 1988.

Por conseguinte, a inclusão, tanto social quanto escolar, requer dos espaços e instituições sociais um novo pensar, uma nova maneira de agir, que respeite as especificidades de cada ser humano, trazendo as adaptações e reformulações necessárias para que estes sujeitos sejam incluídos nos diferentes espaços. Quanto a isso, Carvalho (2005) argumenta que,

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (p.108).

Incluir implica o fortalecimento das redes de apoio e parcerias entre a escola, a família e a sociedade. O trabalho colaborativo entre estes agentes educativos traz resultados mais eficazes e efetivos para o desenvolvimento de todos os alunos.

### **A Função da Escola na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Implementação do Atendimento Especializado Educacional (AEE)**

A escola já é, por excelência, uma instituição que salienta a alteridade, o estranhamento e a mestiçagem e poderia ser o lugar ideal para propiciar a transformação das relações humanas (AQUINO, 2000).

Dessa forma, a questão a ser discutida é muito maior do que quem está dentro ou fora e precisa ou deve ser incluído. Aqui, vale ressaltar como se dá esta inclusão e em que contexto se pretende incluir, assim como, e principalmente, a implicação do educador no processo.

No entanto, inúmeras questões ainda precisam ser incansavelmente discutidas, é possível criar condições sociais que permitam o acesso à cidadania e à construção da vida de cada pessoa, cada qual com sua particularidade e pelo reconhecimento do sujeito o qual tem direito ao respeito e à dignidade e ao desejo de influenciar as condições sociais.

Neste propósito, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP) apresenta o documento: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que aprecia a evolução dos marcos filosóficos, políticos, legais e da pedagogia, e define diretrizes para os sistemas de ensino. Essas diretrizes se manifestam nas políticas educacionais que produzem o deslocamento de ações e são interpretadas nos diversos níveis de ensino, ao acompanhar os avanços do conhecimento, dos conflitos sociais e constituir políticas públicas promotoras do amplo acesso à escolarização (SEESP/MEC, 2007).

No contexto da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é definido como aquele que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se das realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, e esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos para autonomia e independência na escola e fora dela. Neste sentido, o AEE proporciona programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajuda técnica e tecnologia assistiva (SEESP/MEC, 2007).

As ações previstas para o AEE envolvem planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade aos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (SEESP/MEC, 2007). De acordo com o Decreto 6571/2008, são objetivos do AEE:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino (BRASIL, 2008. p. 1).

No contexto da política inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado destaca-se pelo caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), as atividades aplicadas nesse atendimento são diferentes da sala de aula.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.(...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008, p. 16).

A inclusão depende do entendimento de que o processo de conhecimento é tão importante quanto seu produto final e deve acatar o ritmo da aprendizagem e o traçado que cada aprendiz organiza, partindo de seus sistemas de significação e de seus conhecimentos obtidos além do que foi herdado. Os profissionais precisam entender como os conhecimentos evoluem e como a inteligência se evidencia na organização das estratégias, ou seja, como os alunos podem aplicar conhecimentos que já possuem para se adaptarem a situações inéditas e desconcertantes tanto do pensamento, quanto da ação.

Essas situações de equilíbrio do pensamento se revelam a todo o instante, nas salas de aulas, quando os educandos resolvem os mais variados problemas, sem a preocupação e obrigação de encontrar a resposta exigida e esperada, mas aquela que corresponda a sua forma de compreensão.

Nesta situação, o professor é peça fundamental no conjunto que movimenta todo o sistema educacional. Portanto, é muito importante que o professor da escola regular receba a devida capacitação para receber esse novo aluno que chega à escola, pois “acumular/juntar”

crianças em uma sala de aula não lhes garante ensino, não lhes garante escola que cumpra seu papel, não lhes garante aprendizagem e, portanto, não lhes garante desenvolvimento (PADILHA, 2003).

É essencial, pois, analisar as concepções dos professores, pois estes traçam sentidos que retratam o seu modo de ser e agir, a partir das relações estabelecidas ao longo de sua vida, tanto no nível pessoal quanto profissional. Por isso, é muito importante conhecer de forma mais aprofundada o que pensam e como agem os professores de alunos com necessidades especiais, vez que sua maneira de ser exhibe pistas relevantes para a compreensão de sua prática pedagógica.

Conforme Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, gerados a partir de uma mudança de posicionamento e de atitudes dos professores e da própria instituição de ensino, simplificando todo o processo conservador de suas práticas, em direção a uma educação verdadeiramente focada em atender às necessidades de todos os alunos.

## **O Ensino Inclusivo e o Trabalho Psicopedagógico**

Atualmente, vivencia-se a Fase da Inclusão, que se trata da construção de um sistema que deve ser iniciado pela ruptura entre os dois sistemas e pelo inverso do fluxo de encaminhamento, o que fortalece o movimento de transferência de alunos das escolas especiais para a escola comum e não o processo contrário, ainda hoje predominante, que, conseqüentemente, pressupõe muito mais do que a garantia de vaga no sistema comum de ensino para os alunos com deficiência (DOMINGOS, 2005).

A psicopedagogia é ditada no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010) em termos de “aplicação da psicologia experimental à pedagogia”, como lembra Macedo (1992, p.7). O autor sublinha, nesta definição, como um conhecimento científico pode ser meio ou instrumento para a produção de um novo saber ou fazer e como essa dialética entre fins e meios não é simples nem linear. A tarefa desse novo profissional é integrar, aglutinar e operacionalizar conhecimentos e práticas que se apresentam segmentados em diferentes áreas do conhecimento, transformando-as em partes de um novo todo.

A identidade da Psicopedagogia, está ou deve ser buscada ou encontrada no seu próprio nome. Neste sentido, toda vez que um profissional da pedagogia realiza esta ação levando em conta aspectos psicológicos nela envolvidos, comporta-se como um psicopedagogo. É uma ciência jovem, séria, e consciente de sua importância para todos nós. Por outro lado, toda vez que um profissional da psicologia realiza

esta ação levando em conta aspectos pedagógicos nela envolvidos, comporta-se como um psicopedagogo. Comparece, descreve, explica, intervém, em todas as ações do ser humano e mesmo de outros seres. Em algum nível, todos nós, hoje, somos dependentes dela e por isso a buscamos e a escutamos (MACEDO, 1992, p.7).

Assim, a psicopedagogia dedica-se ao estudo da aprendizagem com a finalidade de prevenir ou curar os seus problemas. Como aponta Pain (1986), os problemas de aprendizagem se manifestam sempre num quadro multifatorial; a aprendizagem é um fenômeno imensamente complexo e seus distúrbios não podem ser atribuídos a nenhum fator determinante, mas, antes, são resultado da concorrência de uma série de fatores concomitantes; fatores orgânicos, psicogênicos e ambientais. Sobre a importância do psicopedagogo na unidade escolar, assegura Porto,

O campo conceitual psicopedagógico vem proporcionar uma nova possibilidade para que a escola reverta esse quadro de fracasso, por meio da descoberta de novas possibilidades de ação e intervenção. A Psicopedagogia, tendo como fenômeno de estudo o aprender e o não aprender, pode auxiliar em sua abordagem institucional, propõe-se a analisar a instituição escolar e suas relações de aprendizagem segundo uma abordagem crítica e sistêmica (2009, p. 115).

O trabalho do psicopedagogo depende da atuação da escola pelo modo com a escola trata a diversidade e pela sua possibilidade de que ser flexível e acolhedora. É percebida a dificuldade de criar uma escola integradora e respeitosa das individualidades e que, ao mesmo tempo, obtenha bons níveis de formação.

Cada escola pode abordar, e, na verdade, muitas o estão fazendo, o tema da educação na diversidade de forma coletiva. No que se refere a este aspecto, a elaboração do projeto educativo tem sido um bom recurso, para explicitar o problema e para começar a buscar soluções institucionais (BASSEDAS, 1996. p. 28).

O importante é que o psicopedagogo aprenda a entender a demanda da escola, atento às relações sociais e culturais do local em que a escola está inserida, estabelecendo uma situação de diálogo, que lhe permita definir o que pode e quer desempenhar.

O sujeito aluno envolvido no sistema de diagnóstico psicopedagógico é considerado uma pessoa que desempenha um dos diferentes papéis que ocorrem durante a vida (filho, neto, amigo, etc.), assim, é necessário não perder de vista a globalidade da pessoa e não vê-lo somente como aluno.

Ao retratar um pouco a intervenção psicopedagógica é importante salientar que existem diversos caminhos por meio dos quais é possível provocar uma mudança numa



situação, e, assim, trata-se de aprender a mobilizar algum ponto da situação do aluno, colocando-o num contexto determinado de trabalho.

Em seu livro, *Intervenção Psicopedagógica da Escola*, Oliveira (2009), reforça que a proposta psicopedagógica, junto às dificuldades de aprendizagem, deve levar o psicopedagogo a ter uma visão diferenciada sobre a aprendizagem, tirando a responsabilidade da pessoa com dificuldade de aprendizagem, e ampliar as possibilidades de conhecer aperfeiçoar as suas potencialidades e habilidades.

De acordo com uma citação de Carlos Drummond de Andrade, “brincar não é perder tempo, é ganhá-lo. É triste ter meninos sem escola, mas mais triste é vê-los enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação humana.” Configura-se, expressivamente, a ação psicopedagógica na escola, propondo uma prática muito mais voltada ao coletivo do que ao individual.

O trabalho em grupo se estabelece como um espaço onde se vive a autoria de frente ao outro, exercendo os papéis de ensinante e aprendente num ir e vir que possibilita a cura do sujeito na medida que oportuniza que ele se recrie enquanto participante criativo de um grupo onde age e é interagido. É um espaço de experimentação que favorece, além de uma riqueza de trocas, o respeito ao ritmo de produtividade e às expressões fruto da objetividade e subjetividade de cada um, possibilitando a reorganização do sujeito aprendente enquanto social e enquanto indivíduo (PEGO, 2003, p. 34).

O psicopedagogo tem a finalidade básica em ajudar a promover mudanças, tanto quando intervir diante de problemas que a escola coloca (individuais, de grupo ou metodológicos), como também quando colaborar para melhorar as condições, os recursos e o ensino, realizando a tarefa preventiva que leve a uma diminuição dos problemas que enfrentam.

Faz-se urgente que a psicopedagogia irradie o seu diâmetro de ação até as populações de estudantes que, insistentemente, entram em nossas escolas, sem, contudo, lograr aprendizagens capazes de modificar o seu comportamento pessoal e contribuir para modificação de suas condições de vida coletiva.

Assim, é imprescindível (re)pensar e (re)estruturar o sistema da educação convencional para se diminuir e, possivelmente, eliminar os obstáculos que impeçam que todos os educandos alcancem o progresso, tornando o sistema educacional mais justo, coerente, eficaz e equânime. Essa concepção do desempenho escolar e dos planejamentos didáticos, no que se trata de inclusão, revoluciona o que, tradicionalmente, se pratica nas escolas ainda hoje.

## Considerações Finais

A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade mediante transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio deficiente (SASSAKI, 1997).

Sendo assim uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de alunos com ou sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna dos profissionais da educação para enfrentar as inovações, e essa condição não é comum aos professores em geral.

Segundo Barbosa (2001), portanto, é preciso mexer na aprendizagem, compartilhar e construir conhecimento, sentir a inquietação ante o novo. O aluno precisa ser protagonista da transformação social, aprender a utilizar os instrumentos do seu tempo e, sobretudo, aprender a conviver.

Assim, a psicopedagogia tem procurado auxiliar a ação pedagógica da sala de aula, propondo ao educador o resgate do humano, além da preocupação com o saber. Levar o educador a pensar e a compreender o seu aprender, facilita e desvenda o seu fazer psicopedagógico (BARBOSA, 2001).

## Referências

AQUINO, Julio Groppa. **Do Cotidiano Escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos**. São Paulo: Summus, 2000. 165p.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia no Âmbito da Instituição Escolar**. Curitiba: Expoente, 2001. 189p.

BASSEDAS, Eulália. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 110p.

BEYER, Hugo Otto. **O Fazer Psicopedagógico: a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Piaget e Vygotsky**. Porto Alegre: Mediação, 1996. 136p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries**. Disponível em: <<http://twixar.me/YSp>>. Acesso em: 5 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Inclusão. **Revista da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, v. 04. n 05. Brasília: SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 2 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acesso em: 5 set 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. 176p.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A Escola como Espaço de Inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. 2005. 372p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Educação - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação Especial, Inclusão e Política Educacional: notas Brasileiras. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-42.

HOLANDA, Aurelio Buarque. **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Positivo, 2010.

MACEDO, Lino de . **Ensaio Construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994. 170 p.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon Editora SENAC, 1997. 235 p.

OLIVEIRA, Maria Angela Calderari. **Intervenção Psicopedagógica na Escola**. Rio de Janeiro: 2009. 179 p.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. **Organização do Ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2. Ed. São Paulo: 2007. 143 p.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. **O que fazer para não excluir**. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F.. (Org.). **Políticas e Práticas de Educação Especial**. 1.ed.Campinas: Autores Associados, 2013, v. 1, p. 85-102.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre, artes Médicas, 1986. 213 p.

PEGO, Márcia Goulart Tozzi. **Psicopedagogia Institucional: reflexões sobre o trabalho psicopedagógico com grupos**. Publicado em: 15 set.2003. Disponível em: <[www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigos.asp?entrelD=444](http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigos.asp?entrelD=444)>. Acesso em: 5 de set 2015.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional:** teoria, prática e assessoramento psicopedagógico. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009. 176 p.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI.** Disponível em: <http://twixar.me/0ct>. Acesso em: 8 de janeiro de 2015.

SASSAKI, Kazumi Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro:WVA, 1997. 182 p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha: 2004.